



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

19/03/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

CCJ votará texto da reforma no começo do próximo mês

O texto da reforma da Previdência será votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara na primeira semana de abril, segundo previsão do presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR). Segundo ele, as datas dependerão da chegada da proposta de mudanças nas regras das aposentadorias dos militares, prevista para ser entregue pelo Governo Federal até amanhã. O deputado também deve definir o relator ainda nesta semana. De acordo com ele, o escolhido não será nem da oposição e nem do PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro. De acordo com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (PSDB-RJ), a casa não tem "320 liberais" e, por isso, os deputados terão de ser convencidos de que a reforma é importante para equilibrar as contas dos governos. Entre os deputados da região, Rosana Valle (PSB-SP) afirma ser contrária à proposta da forma como foi apresentada. "Do jeito que (essa proposta) está sendo empurrada a contragosto da população, deixando as pessoas amedrontadas, com redução da pensão para viúvas, idade mínima, sou contra". Para ela, o Governo Bolsonaro teria acertado mais se tivesse se debruçado primeiro sobre uma reforma tributária e o pacote anticrime, do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. Em nota, o deputado Júnior Bozzella (PSL-SP) diz que a reforma é necessária para não comprometer "o futuro econômico do País e dos brasileiros". "Avaliadas as devidas alterações na PEC, votarei a favor de uma reforma que, como já disse, é urgente e necessária para o País". As centrais sindicais marcaram para sexta-feira atos contra a reforma. "Será um trabalho inicial, na parte da manhã, voltado para a conscientização", diz o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna.

Leia mais: *Jornal A Tribuna* – 19/03/2019

'Reforma' da Previdência joga ônus da crise nos trabalhadores

As centrais sindicais convocam para esta sexta-feira (22) uma mobilização por todo o país contra a "reforma" da Previdência, proposta pelo governo de Jair Bolsonaro. A manifestação vem como resposta à ofensiva ensaiada pelo governo federal, que já faz articulações com empresários, jornalistas, integrantes do sistema financeiro e políticos para pregar o discurso de que sem a "reforma" da Previdência, o país não cresce. "O projeto do governo é promover um desmonte da seguridade social, penalizando aqueles que mais necessitam", contesta o presidente da CTB, Adilson Araújo, em entrevista ao jornalista Rafael Garcia, da Rádio Brasil Atual. "Quando as pessoas adoecem precisam do seguro, da assistência social e da licença-maternidade, e não vão encontrar isso no Posto Ipiranga, até porque o Posto Ipiranga do povo é Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)", destaca Adilson, em referência a um dos mentores da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Previdência, o ministro da Economia, Paulo Guedes. Na análise do dirigente, acompanhada também por entidades como CUT, Força Sindical, UGT, CSB, Intersindical, CSP-Conlutas, Intersindical, CGTB e NCST, a "reforma" é um retrocesso que não vai retirar o Brasil da crise financeira ao preservar os privilégios de alguns setores e ignorar a dívida de empresas privadas com a Previdência. "A reforma joga o ônus da crise sobre a classe trabalhadora e nós teremos de dar como resposta as manifestações, a crescente mobilização para barrar toda e qualquer possibilidade de retrocesso, atraso e prejuízos que possam ser causados ao nosso povo, sobretudo, o povo pobre, humilde e que mais necessita", defende o presidente da CTB.

Fonte: Rede Brasil Atual - <http://cni.org.br/html/noticias.htm>

As fases das reformas antissindical e antitrabalhista

Para enfrentar a guerra declarada pelo governo aos sindicatos caberá ao movimento sindical direcionar seus esforços a ações aos poderes Legislativo e Judiciário, não somente no âmbito federal, mas também nos estados e municípios, a fim de propor alternativas e questionar as iniciativas que afrontam direitos e conquistas e a organização dos trabalhadores.

A Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) pode ser dividida em 3 fases de execução para atingir 2 objetivos estratégicos definidos pelo mercado:

- 1) a redução do custo do trabalho;
- 2) a redução da influência do movimento sindical, cujo caráter é político.

A 1ª fase de execução foi cumprida, com aprovação, no Congresso Nacional, da Reforma Trabalhista e da terceirização, cujo foco foi a flexibilização e restrição dos direitos trabalhistas, com enfraquecimento da Justiça e do Direito do Trabalho e dos sindicatos.

A 2ª fase, conduzida agora pelo governo Jair Bolsonaro (PSL), tendo como articulador o ex-deputado federal Rogerio Marinho (PSDB-RN), relator da ampla e profunda Reforma Trabalhista. E também pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, cujo propósito é acabar com o financiamento dos sindicatos dos trabalhadores urbanos e rurais e, ainda, dos servidores públicos. Ou seja, ataca a organização e a estrutura sindicais, porque mexe com os recursos materiais e financeiros das entidades.

As medidas provisórias (MP) 870, 871 e 873 fazem parte dessa 2ª fase que atacaram o Ministério do Trabalho – extinto e transformado numa secretaria do Ministério da Economia – e financeiramente os sindicatos rurais, no caso da 871. Os servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada são atingidos pela MP 873 enviada pelo Poder Executivo. As propostas aguardam instalação de comissão mista (deputados e senadores) onde serão eleitos os presidentes e designados os respectivos relatores, este último considerado cargo determinante. Depois, as propostas seguem para votação, respectivamente, nos plenários da Câmara e Senado.

A 3ª fase já anunciada pelo governo consiste na Reforma Sindical, que deve estar pronta para envio ao Congresso Nacional, com mudanças estruturantes que serão feitas por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC).

O conteúdo da proposta ainda não é conhecido pelo movimento sindical, mas especula-se que pode trazer a instituição da pluralidade sindical em substituição ao modelo de unicidade em vigor, além da possibilidade de o negociado sobre o legislativo, com o qual se buscará constitucionalizar nova Lei Trabalhista, que já se encontra em debate na Câmara, no contexto da PEC 300/16, que recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça.

A PEC 300/16, do deputado reeleito Mauro Lopes (MDB-MG), altera dispositivos da Constituição para dispor sobre jornada de trabalho de até 10 horas diárias, redução do aviso prévio de 90 para 30 dias, manutenção da prevalência do negociado sobre o legislado e redução do prazo prescricional de 2 anos até o limite de 3 meses para ações ajuizadas após a extinção do contrato de trabalho.

Para enfrentar a guerra declarada pelo governo aos sindicatos caberá ao movimento sindical direcionar seus esforços a ações aos poderes Legislativo e Judiciário, não somente no âmbito federal, mas também nos estados e municípios, a fim de propor alternativas e questionar as iniciativas que afrontam direitos e conquistas e a organização dos trabalhadores.

Leia mais: Diap - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>